



9º Relatório Trimestral da Ouvidoria

Janeiro a Março de 2012



Conselho Nacional de Justiça

9º Relatório Trimestral da Ouvidoria/CNJ Janeiro a março de 2012

INTRODUÇÃO

A Resolução nº 103, de 24 de fevereiro de 2010, do CNJ, estabelece que *“a Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça tem por missão servir de canal de comunicação direta entre o cidadão e o Conselho Nacional de Justiça, com vistas a orientar, transmitir informações e colaborar no aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Conselho, bem como promover a articulação com as demais Ouvidorias judiciais para o eficaz atendimento das demandas acerca dos serviços prestados pelos órgãos do Poder Judiciário.”*

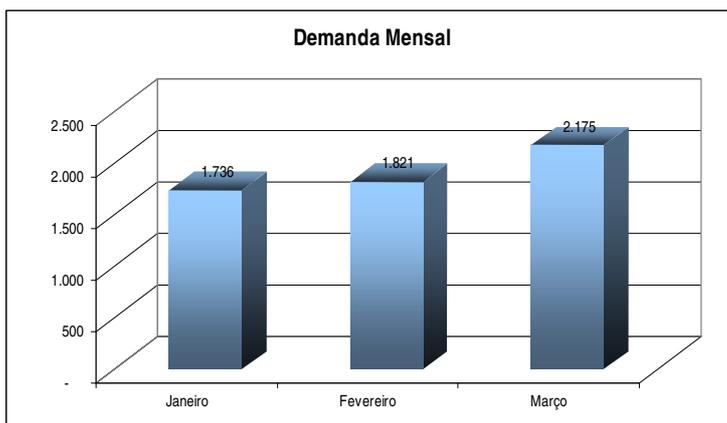
A Ouvidoria do CNJ foi criada pela Resolução nº 67, de 3 de março de 2009, que instituiu o novo Regimento Interno do Conselho, e tem suas atribuições fixadas na Resolução nº 103/2010. Exerce a função de Ouvidor o Conselheiro Wellington Cabral Saraiva, eleito na 133ª sessão plenária, de 30 de agosto de 2011.

Este relatório é apresentado ao Plenário em cumprimento ao disposto no artigo 4º, VII, da resolução e contém dados estatísticos relativos às atividades desenvolvidas nos meses de janeiro a março de 2012.



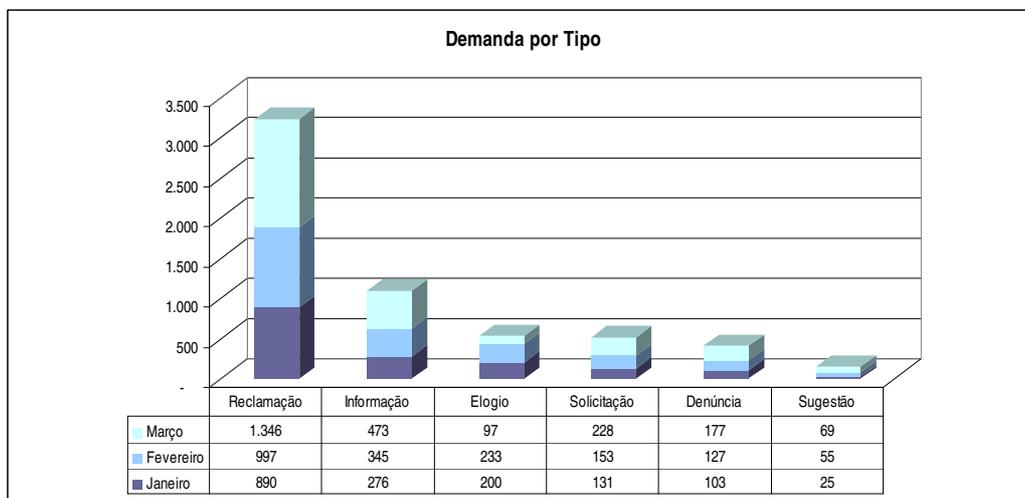
1. AS DEMANDAS RECEBIDAS

No primeiro trimestre de 2012, a Ouvidoria recebeu 5.732 demandas. Não foram computadas aí manifestações duplicadas ou que representaram continuação de demanda anterior, o que totalizou 601 manifestações no trimestre. A demanda mensal foi crescente, conforme se observa no quadro abaixo. Em comparação com o ano de 2011, cuja média mensal foi de 1.624,67, o primeiro trimestre de 2012 apresentou aumento percentual de 17,6%, com média de 1.910,67 manifestações por mês.



A forma de comunicação mais comum é a virtual, com 5.525 (96,39%) das manifestações recebidas pelo sistema eletrônico de atendimento, e 108 (1,88%) por correio eletrônico. As demais manifestações foram enviadas à Ouvidoria por correspondência (62 = 1,08%), ofício (27 = 0,47%), ligações telefônicas (9 = 0,16%) e presencialmente (1 = 0,02%). Dos quantitativos apresentados, constam apenas os atendimentos pessoais e telefônicos que foram cadastrados no sistema, pois não foram resolvidos durante o atendimento e demandaram registro para providências posteriores.

Levando em consideração os tipos de demandas, a maior parte é de reclamações (3.233 = 54,57%) e de pedidos de informações (1.094 = 18,46%), conforme o gráfico abaixo:



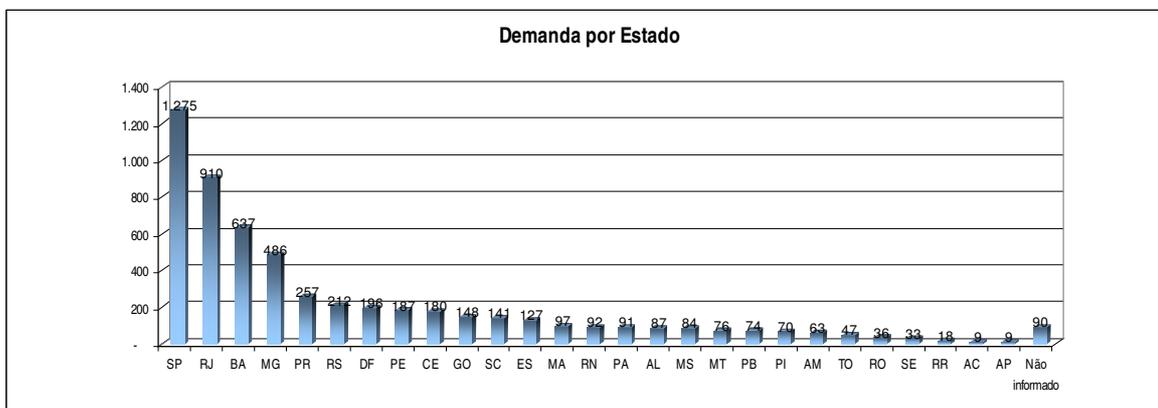
O registro pode ser classificado com mais de um tipo.



O quadro a seguir mostra a predominância de manifestações enviadas por servidores públicos, advogados e aposentados, perfil que permanece constante em comparação com 2012.

| OCUPAÇÃO | TOTAIS | % |
|----------------------------------|--------------|----------------|
| Servidor público | 1.120 | 19,54% |
| Advogado | 949 | 16,56% |
| Aposentado | 665 | 11,60% |
| Empregado de empresa privada | 624 | 10,89% |
| Profissional liberal ou autônomo | 485 | 8,46% |
| Estudante | 366 | 6,39% |
| Desempregado | 335 | 5,84% |
| Empresário | 224 | 3,91% |
| Empregado público | 194 | 3,38% |
| Militar | 122 | 2,13% |
| Pensionista | 65 | 1,13% |
| Presidiário | 64 | 1,12% |
| Magistrado | 25 | 0,44% |
| Perito | 14 | 0,24% |
| Membro de Ministério Público | 14 | 0,24% |
| Delegado de polícia | 11 | 0,19% |
| Defensor público | 11 | 0,19% |
| Não informado | 444 | 7,75% |
| Total geral | 5.732 | 100,00% |

O quadro seguinte registra o número de demandas conforme o Estado de origem. O maior número de manifestações provém de São Paulo (1.275 = 22,24%), Rio de Janeiro (910 = 15,88%), Bahia (637 = 11,11%) e Minas Gerais (486 = 8,48%):



2. OS TEMAS DAS DEMANDAS

O próximo quadro apresenta a quantidade de demandas recebidas na Ouvidoria, classificadas segundo tipos e temas. Em consonância com o padrão dos relatórios anteriores, o tema morosidade processual permaneceu como o de maior frequência e representou 28,41% dos registros, assunto que será detalhado no item 2.2 deste relatório.



Em segundo lugar, com 6,8% das manifestações, figuram demandas que tratam da atuação da Corregedoria Nacional ou que a ela se dirigem; 95,78% desses registros foram classificados como elogios.

Os relatos que tratam de matéria de cunho jurisdicional aparecem em terceiro lugar, com 4,44% do total. Em face dessas demandas, a Ouvidoria orienta o interessado a procure advogado, a Defensoria Pública ou um núcleo de prática jurídica.

Em quarto, encontram-se as manifestações sobre atuação de magistrado, com 4,08%. A Ouvidoria, nos casos de reclamação, orienta o interessado a formalizar requerimento ao CNJ ou à corregedoria do tribunal competente.

Destacam-se as manifestações recebidas a respeito do Projeto Pai Presente, coordenado pela Corregedoria Nacional de Justiça, que tem por objetivo estimular o reconhecimento de paternidade de pessoas sem esse registro. Foram recebidas 77 manifestações, que, na maioria, solicitavam informações sobre o procedimento para iniciar o processo de reconhecimento de paternidade.

Demandas acerca de processos em curso no CNJ (andamento/situação processual no CNJ), inclusive na Corregedoria Nacional de Justiça (andamento/situação processual), somaram 70 registros, ou seja, 1,18% do total.

| ASSUNTO | RECLAMAÇÃO | INFORMAÇÃO | ELOGIO | SOLICITAÇÃO | DENÚNCIA | SUGESTÃO | TOTAIS |
|---|------------|------------|--------|-------------|----------|----------|--------|
| Morosidade processual no Poder Judiciário | 1.547 | 42 | 1 | 52 | 40 | 1 | 1.683 |
| Atuação da Corregedoria Nacional de Justiça | 2 | 5 | 386 | 8 | | 2 | 403 |
| Matéria de cunho jurisdicional | 141 | 16 | | 59 | 46 | 1 | 263 |
| Atuação de magistrado | 155 | 12 | 5 | 5 | 63 | 2 | 242 |
| Decisão do CNJ | 223 | 7 | 1 | 5 | 3 | | 239 |
| Decisão judicial | 183 | 6 | | 15 | 32 | 1 | 237 |
| Demanda fora da competência do CNJ | 109 | 35 | | 41 | 36 | 13 | 234 |
| Consulta jurídica | 15 | 136 | | 13 | 2 | | 166 |
| Administração de tribunal | 115 | 4 | | 9 | 21 | | 149 |
| Demanda Insuficiente para classificação | 49 | 45 | 5 | 26 | 18 | 3 | 146 |
| Funcionamento/procedimento de vara/comarca | 115 | 6 | 2 | 7 | 13 | | 143 |
| Atuação do CNJ | 4 | 5 | 112 | 7 | | | 128 |
| Serventia extrajudicial | 46 | 37 | 2 | 11 | 11 | 1 | 108 |
| Andamento/situação de processo judicial | 24 | 62 | | 20 | | | 106 |
| Projetos/programas do CNJ | 3 | 75 | | 21 | 2 | 3 | 104 |
| Como peticionar ao CNJ | 22 | 57 | | 5 | 13 | 1 | 98 |
| Melhorias para o Poder Judiciário | 2 | | 1 | 3 | | 92 | 98 |
| Pagamento e gestão de precatórios (Res. 115/2010 e Res. 123/2010) | 59 | 14 | 3 | 9 | 3 | | 88 |
| Cumprimento de decisão judicial | 57 | 1 | | 7 | 12 | | 77 |
| Concurso público para servidor do Poder Judiciário | 40 | 13 | | 5 | 10 | | 68 |
| Consulta de mérito | 8 | 52 | | 6 | 1 | | 67 |
| Atuação do Supremo Tribunal Federal | 47 | 7 | 1 | 6 | 3 | 1 | 65 |
| Execução penal (regime de cumprimento de pena) | 26 | 13 | | 10 | 8 | | 57 |
| Sistema carcerário e sistema de execução de medidas socioeducativas | 20 | 10 | | 7 | 8 | 2 | 47 |



| ASSUNTO | RECLAMAÇÃO | INFORMAÇÃO | ELOGIO | SOLICITAÇÃO | DENÚNCIA | SUGESTÃO | TOTAIS |
|--|------------|------------|--------|-------------|----------|----------|--------|
| Curso promovido pelo CNJ | 3 | 25 | | 12 | | 1 | 41 |
| Atividade jurídica (Res. 75/2009) | | 30 | 1 | 3 | | | 34 |
| Atuação de servidor/funcionário do Poder Judiciário | 23 | 3 | 5 | | 1 | | 32 |
| Extravio de processo ou documento/restauração de autos | 28 | 2 | | | | | 30 |
| Informações gerais sobre o CNJ | | 23 | | 5 | | | 28 |
| Resposta/atuação da Ouvidoria do CNJ | 5 | 12 | 3 | 4 | 4 | | 28 |
| Andamento/situação processual no CNJ (Sem sigilo) | 3 | 12 | | 12 | | | 27 |
| Andamento/situação processual no CNJ (Com sigilo) | 4 | 12 | | 7 | 2 | | 25 |
| Pesquisa | 1 | 15 | | 8 | | 1 | 25 |
| Recebimento de documento no CNJ/protocolo/número de processo | 2 | 16 | | 2 | 5 | | 25 |
| Atos administrativos do CNJ | 3 | 17 | | 4 | | | 24 |
| Tentativa de golpe utilizando o nome do CNJ | 2 | 1 | | | 21 | | 24 |
| Concurso público para ingresso na carreira da magistratura (Res. 75/2009 e Res. 118/2010) | 16 | 1 | | | 4 | 1 | 22 |
| Mutirão Carcerário | 10 | 7 | | 5 | | | 22 |
| Projeto Começar de Novo | 1 | 14 | | 4 | 2 | | 21 |
| Cadastro Nacional de Adoção | 4 | 14 | | 2 | | | 20 |
| Movimento pela Conciliação/Projeto Conciliar é Legal | | 15 | | 2 | | 2 | 19 |
| Acesso a sistemas do CNJ | 3 | 9 | | 5 | | 1 | 18 |
| Andamento/situação processual na Corregedoria Nacional de Justiça | 2 | 10 | | 6 | | | 18 |
| Cadastro Nacional de Improbidade Administrativa | | 15 | | 3 | | | 18 |
| Competência do CNJ | 1 | 16 | | | 1 | | 18 |
| Cumprimento de decisão do CNJ | 13 | 3 | | | 2 | | 18 |
| Atuação de corregedoria de tribunal | 14 | | | | 2 | 1 | 17 |
| Morosidade no cumprimento de decisão judicial | 17 | | | | | | 17 |
| Processo eletrônico do CNJ (e-CNJ) | 5 | 11 | | | | | 16 |
| Nepotismo no Poder Judiciário | 6 | 4 | | | 5 | | 15 |
| Acesso a sistemas de informação de órgão do Poder Judiciário | 9 | 1 | | 1 | | | 11 |
| Evento promovido pelo CNJ | | 9 | | 2 | | | 11 |
| Inspeções no Poder Judiciário | 3 | 3 | | 5 | | | 11 |
| Autorização de viagem para o ext. de crianças e adolescentes (Res. 131/2011) | 1 | 7 | | 2 | | | 10 |
| Concurso público para a outorga das delegações de notas e de registro (Res. 81/2009 e Res. 122/2010) | 3 | 6 | | 1 | | | 10 |
| Justiça em Números/Estatísticas | | 6 | | 4 | | | 10 |
| Assistência judiciária | | 1 | | 7 | | | 8 |
| Justiça Aberta | | 8 | | | | | 8 |
| Tabelas processuais unificadas (Res. 46/2007) | | 6 | | 1 | | 1 | 8 |
| Projudi | 3 | 1 | | 2 | | 1 | 7 |



| ASSUNTO | RECLAMAÇÃO | INFORMAÇÃO | ELOGIO | SOLICITAÇÃO | DENÚNCIA | SUGESTÃO | TOTAIS |
|---|--------------|--------------|------------|-------------|------------|------------|--------------|
| Sigilo/anonimato | 2 | 2 | | | 2 | 1 | 7 |
| Atuação de ouvidoria de tribunal | 4 | 2 | | | | | 6 |
| Banco de Dados de Mandados de Prisão (Res. 137/2011) | 1 | 1 | | 1 | | 3 | 6 |
| Movimento pela Conciliação - campanha divulgada na TV e rádio | | 5 | | 1 | | | 6 |
| Jornada de trabalho, preenchimento de cargos em comissão e limite de servidores requisitados (Res. 88/2009) | 2 | 2 | | | | 1 | 5 |
| Metas nacionais do Poder Judiciário | | 5 | | | | | 5 |
| Modelos únicos de certidões | 1 | 2 | | 2 | | | 5 |
| Morosidade processual no CNJ | 3 | 1 | | | 1 | | 5 |
| Numeração única | | 4 | | | | 1 | 5 |
| Outros concursos públicos | 4 | | | 1 | | | 5 |
| Sistema Nacional de Bens Apreendidos - SNBA (Res. 63/2008) | 1 | 1 | | 3 | | | 5 |
| Estágio no CNJ | | 2 | | 2 | | | 4 |
| Jurisprudência do CNJ - Infojuris | | 4 | | | | | 4 |
| Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas | | 3 | | | | | 3 |
| Concurso de remoção | 1 | 2 | | | | | 3 |
| Imprensa do CNJ | | | | 1 | | 2 | 3 |
| Nepotismo nos demais Poderes | | 1 | | | 2 | | 3 |
| Portal do CNJ | | | | 2 | | 1 | 3 |
| Recesso forense/plantão judicial | 1 | 1 | | | | | 2 |
| Renajud | | 1 | | | | 1 | 2 |
| Vacância de serviços notariais e de registro (Res. 80/2009) | | 1 | | | | | 1 |
| Processo físico do CNJ | | 1 | | | | | 1 |
| Reabilitação e certidão de antecedentes criminais | 1 | | | | | | 1 |
| Outros assuntos | 15 | 58 | 2 | 33 | 8 | 7 | 123 |
| Total geral | 3.233 | 1.094 | 530 | 512 | 407 | 149 | 5.925 |

O registro pode ser classificado com mais de um assunto.

2.1 Dados dos Processos

Levando em conta os relatos recebidos no trimestre, 3.203 (55,88%) continham os dados do processo a que se referiam, como, por exemplo, número, órgão em que tramitava, instância em que se encontrava, classe e situação de julgamento, ou seja, se o processo fora julgado ou se encontrava em fase de execução.

Abaixo, a discriminação dos dados, segundo a esfera ou tribunal de onde se originaram:

| LOCALIZAÇÃO | TOTAIS | % |
|------------------------------|--------|--------|
| Justiça estadual | 1.777 | 55,48% |
| Justiça federal | 407 | 12,71% |
| Justiça do trabalho | 278 | 8,68% |
| Conselho Nacional de Justiça | 110 | 3,43% |
| Superior Tribunal de Justiça | 80 | 2,50% |



| LOCALIZAÇÃO | TOTAIS | % |
|-------------------------------|--------------|----------------|
| Supremo Tribunal Federal | 97 | 3,03% |
| Tribunal Superior do Trabalho | 25 | 0,78% |
| Justiça eleitoral | 9 | 0,28% |
| Justiça militar estadual | 4 | 0,12% |
| Justiça militar da União | 4 | 0,12% |
| Tribunal Superior Eleitoral | 3 | 0,09% |
| Superior Tribunal Militar | 1 | 0,03% |
| Não informado | 408 | 12,74% |
| Total geral | 3.203 | 100,00% |

A tabela a seguir agrupa os dados dos processos objeto de manifestação conforme tratem de feitos julgados ou em fase de execução. A maior demanda é sobre processos julgados, com 45% (embora a referente a processos não julgados esteja bem próxima, com 43%), e que não estão em fase de execução, com 56,13%.

| LOCALIZAÇÃO | JULGADO | | | EM EXECUÇÃO | | | TOTAIS |
|-------------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|
| | SIM | NÃO | NI | SIM | NÃO | NI | |
| Justiça estadual | 817 | 888 | 72 | 586 | 1.119 | 72 | 1.777 |
| Justiça federal | 193 | 208 | 6 | 121 | 280 | 6 | 407 |
| Justiça do trabalho | 215 | 57 | 6 | 166 | 106 | 6 | 278 |
| Supremo Tribunal Federal | 35 | 42 | 20 | 28 | 52 | 17 | 97 |
| Superior Tribunal de Justiça | 33 | 44 | 3 | 23 | 54 | 3 | 80 |
| Tribunal Superior do Trabalho | 14 | 11 | | 5 | 20 | | 25 |
| Justiça eleitoral | 3 | 6 | | 1 | 8 | | 9 |
| Justiça militar estadual | 2 | 2 | | 2 | 2 | | 4 |
| Justiça militar da União | | 3 | 1 | | 3 | 1 | 4 |
| Tribunal Superior Eleitoral | 1 | 2 | | 1 | 2 | | 3 |
| Superior Tribunal Militar | | 1 | | | 1 | | 1 |
| Não informado | 79 | 66 | 263 | 60 | 89 | 259 | 408 |
| Total geral | 1.392 | 1.330 | 371 | 993 | 1.736 | 364 | 3.093 |
| | 45% | 43% | 11,99% | 32,10% | 56,13% | 11,77% | |

NI: não informado.

Das manifestações que continham dados do processo, a maior parte, 1.563 (48,8%) tratava de morosidade processual no Poder Judiciário, seguida das que diziam respeito a matéria jurisdicional, tema utilizado para identificar as demandas que solicitam intervenção no exercício da função jurisdicional, no total de 209 (6,53%). Em terceiro, vieram as demandas sobre decisão judicial, isto é, as que questionam o conteúdo de decisões, sentenças e acórdãos, com 198 (6,18%). Dada a sua importância e recorrência, o tema da morosidade processual será tratado detalhadamente no próximo tópico.

2.2 Morosidade Processual

A maior parte das demandas recebidas na Ouvidoria, de forma recorrente, compõe-se de manifestações referentes à morosidade processual no Poder Judiciário e representou 28,41% (1.683) dos registros de janeiro a março. Tomando em



conta apenas as demandas com essa classificação temática, 91,92% (1.547) são reclamações.

Considerando o perfil dos demandantes, 9,21% são pessoas com deficiência e 19,25%, de maiores de 60 anos. Levando em consideração o gênero, 68,27% são de pessoas do sexo masculino:

| | PORTADOR DE DEFICIÊNCIA DOENÇA GRAVE | | MAIOR DE 60 ANOS | | SEXO | | |
|-------------|--------------------------------------|---------|------------------|---------|-------------|-------|---------|
| | | | | | | | |
| Não | 1.528 | 90,79% | 1.359 | 80,75% | Feminino | 534 | 31,73% |
| Sim | 155 | 9,21% | 324 | 19,25% | Masculino | 1.149 | 68,27% |
| Total geral | 1.683 | 100,00% | 1.683 | 100,00% | Total geral | 1.683 | 100,00% |

Em análise proporcional à quantidade de registros recebida por Estado, o maior percentual de demandas que se referem à morosidade processual originou-se do Rio Grande do Norte, com 45,65% do total de demandas originadas do Estado, seguido de Ceará, com 38,71%, e Rio de Janeiro, com 35,77%. A tabela seguinte revela grande variação entre os dados dos trimestres. No último trimestre de 2011, os Estados do Maranhão, Bahia e Rondônia figuraram nos três primeiros lugares.

| ESTADO | TOTAL DE DEMANDAS | MOROSIDADE PROCESSUAL | % |
|---------------|-------------------|-----------------------|--------|
| RN | 92 | 42 | 45,65% |
| CE | 186 | 72 | 38,71% |
| RJ | 917 | 328 | 35,77% |
| ES | 135 | 48 | 35,56% |
| SE | 32 | 11 | 34,38% |
| PE | 196 | 67 | 34,18% |
| AM | 61 | 20 | 32,79% |
| DF | 209 | 68 | 32,54% |
| MT | 79 | 25 | 31,65% |
| MA | 101 | 31 | 30,69% |
| AL | 89 | 26 | 29,21% |
| PI | 72 | 21 | 29,17% |
| MG | 523 | 148 | 28,30% |
| MS | 91 | 25 | 27,47% |
| BA | 638 | 169 | 26,49% |
| RR | 19 | 5 | 26,32% |
| SP | 1.325 | 339 | 25,58% |
| RS | 225 | 56 | 24,89% |
| GO | 155 | 38 | 24,52% |
| PB | 76 | 18 | 23,68% |
| PR | 260 | 58 | 22,31% |
| RO | 35 | 7 | 20,00% |
| PA | 97 | 19 | 19,59% |
| SC | 145 | 27 | 18,62% |
| TO | 51 | 6 | 11,76% |
| AP | 10 | 1 | 10,00% |
| AC | 10 | - | 0,00% |
| Não informado | 96 | 8 | 8,33% |
| Total geral | 5.925 | 1.683 | 28,41% |

No quadro a seguir, detalham-se as classes dos demandantes. Em termos proporcionais à quantidade de registros de cada classe, o maior percentual de demandas que se referem à morosidade processual origina-se de membros do Ministério Público, representando 57,14% do total. Em seguida, figuram os defensores públicos, com 45,45%. O percentual elevado de demandas dessas categorias foge ao padrão observado nos relatórios anteriores, mas demonstra o reconhecimento por outros órgãos da atuação da Ouvidoria.

| OCUPAÇÃO | MOROSIDADE PROCESSUAL | TOTAIS | % |
|----------------------------------|-----------------------|--------------|---------------|
| Membro do Ministério Público | 8 | 14 | 57,14% |
| Defensor público | 5 | 11 | 45,45% |
| Pensionista | 28 | 66 | 42,42% |
| Desempregado | 137 | 336 | 40,77% |
| Aposentado | 269 | 695 | 38,71% |
| Advogado | 376 | 973 | 38,64% |
| Delegado de polícia | 4 | 11 | 36,36% |
| Militar | 37 | 117 | 31,62% |
| Empresário | 62 | 234 | 26,50% |
| Empregado de empresa privada | 161 | 638 | 25,24% |
| Profissional liberal ou autônomo | 125 | 508 | 24,61% |
| Empregado público | 46 | 200 | 23,00% |
| Servidor público | 245 | 1.167 | 20,99% |
| Estudante | 74 | 373 | 19,84% |
| Presidiário | 11 | 73 | 15,07% |
| Perito | 1 | 14 | 7,14% |
| Magistrado | 1 | 28 | 3,57% |
| Não informado | 93 | 467 | 19,91% |
| Total geral | 1.683 | 5.925 | 28,41% |

Das 3.203 manifestações recebidas com dados do processo, 1.563 foram classificadas com o tema morosidade processual.

No que se refere à origem dos processos, a maioria tramita na Justiça Estadual (60,79%), seguindo-se a Federal (18,15%):

| LOCALIZAÇÃO | TOTAIS | % |
|-------------------------------|--------------|----------------|
| Justiça estadual | 941 | 60,79% |
| Justiça federal | 281 | 18,15% |
| Justiça do trabalho | 134 | 8,66% |
| Superior Tribunal de Justiça | 47 | 3,04% |
| Tribunal Superior do Trabalho | 18 | 1,16% |
| Justiça eleitoral | 4 | 0,26% |
| Tribunal Superior Eleitoral | 1 | 0,06% |
| Não informado | 122 | 7,88% |
| Total | 1.548 | 100,00% |

Não foram computados os processos em tramitação no STF.

Na tabela a seguir, detalham-se as classes dos processos tratados nas demandas classificadas como morosidade processual:

| CLASSE | JUST. ESTADUAL | JUST. FEDERAL | JUSTIÇA TRABALHISTA | STJ | TST | JUSTIÇA ELEITORAL | TSE | NI | TOTAIS |
|--------|----------------|---------------|---------------------|-----|-----|-------------------|-----|----|--------|
|--------|----------------|---------------|---------------------|-----|-----|-------------------|-----|----|--------|



| CLASSE | JUST. ESTADUAL | JUST. FEDERAL | JUSTIÇA TRABALHISTA | STJ | TST | JUSTIÇA ELEITORAL | TSE | NI | TOTAIS |
|---|----------------|---------------|---------------------|-----|-----|-------------------|-----|----|--------|
| Procedimento do juizado especial cível | 91 | 48 | | | | | | 3 | 142 |
| Ação trabalhista - rito ordinário | | | 83 | 1 | 5 | | | 4 | 93 |
| Ação civil coletiva | 52 | 16 | 4 | | | | | 2 | 74 |
| Apelação / reexame necessário | 23 | 39 | | | | | | 1 | 63 |
| Procedimento sumário | 44 | 7 | | | | | | 1 | 52 |
| Cumprimento de sentença | 39 | 10 | | | | | | 2 | 51 |
| Ação penal - procedimento ordinário | 33 | 10 | | | | | | | 43 |
| Outros procedimentos de jurisdição voluntária | 28 | 9 | | | | | | 2 | 39 |
| Execução contra a fazenda pública | 25 | 12 | | | | | | | 37 |
| Inventário | 29 | | | | | | | 3 | 32 |
| Outras medidas provisionais | 21 | 9 | | | | | | | 30 |
| Dúvida | 23 | 4 | | | | | | 1 | 28 |
| Mandado de segurança coletivo | 20 | 3 | | 1 | | | | | 24 |
| Ação de alimentos | 20 | | | | | | | 3 | 23 |
| Ação civil de improbidade administrativa | 15 | 4 | | | | | | 2 | 21 |
| Alimentos - Lei n.º 5.478/68 | 19 | | | | | | | 1 | 20 |
| Recurso inominado | 5 | 13 | | | | | | 1 | 19 |
| Alvará Judicial | 12 | 3 | 2 | | | | | 1 | 18 |
| Reintegração / manutenção de posse | 16 | 2 | | | | | | | 18 |
| Usucapião | 12 | | | | | | | 4 | 16 |
| Ação popular | 7 | 3 | | | | | | 4 | 14 |
| Procedimento de cumprimento de sentença/decisão | 14 | | | | | | | | 14 |
| Ação penal de competência do júri | 10 | 1 | | | | | | 1 | 12 |
| Agravo de instrumento em recurso de revista | | | 6 | | 6 | | | | 12 |
| Recursos trabalhistas | | | 5 | 1 | 3 | | | 2 | 11 |
| Execução da pena | 8 | 1 | | 1 | | | | 1 | 11 |
| Tutela | 11 | | | | | | | | 11 |
| Consignação em pagamento | 6 | 2 | 2 | | | | | | 10 |
| Agravo | | | | 8 | | | 1 | | 9 |
| Alimentos - provisionais | 5 | 4 | | | | | | | 9 |
| Providência | 9 | | | | | | | | 9 |
| Recurso em sentido estrito | 4 | 2 | | 3 | | | | | 9 |
| Ação penal - procedimento sumário | 7 | 1 | | | | | | | 8 |
| Desapropriação | 7 | 1 | | | | | | | 8 |
| Execução provisória | 7 | 1 | | | | | | | 8 |
| Arrolamento de bens | 6 | | | | | | | 1 | 7 |
| Embargos à execução fiscal | 3 | 4 | | | | | | | 7 |
| Exceção de coisa julgada | 5 | 1 | | | | | | 1 | 7 |
| Execução de multa | 7 | | | | | | | | 7 |
| Imissão na posse | 7 | | | | | | | | 7 |
| Processo de apuração de ato infracional | 7 | | | | | | | | 7 |



| CLASSE | JUST. ESTADUAL | JUST. FEDERAL | JUSTIÇA TRABALHISTA | STJ | TST | JUSTIÇA ELEITORAL | TSE | NI | TOTAIS |
|---|----------------|---------------|---------------------|-----|-----|-------------------|-----|----|--------|
| Ação trabalhista - rito sumário (alçada) | | | 6 | | | | | | 6 |
| Ação trabalhista - rito sumaríssimo | | | 5 | | | | | 1 | 6 |
| Arrolamento comum | 6 | | | | | | | | 6 |
| Assistência judiciária | 4 | 2 | | | | | | | 6 |
| Execução fiscal | 2 | 4 | | | | | | | 6 |
| Guarda | 6 | | | | | | | | 6 |
| Prestação de contas - exigidas | 6 | | | | | | | | 6 |
| Apelação cível | | | | 5 | | | | | 5 |
| Arresto | 4 | 1 | | | | | | | 5 |
| Averiguação de paternidade | 5 | | | | | | | | 5 |
| Despejo | 4 | | | | | | | 1 | 5 |
| Despejo por falta de pagamento cumulado com cobrança | 5 | | | | | | | | 5 |
| Dissolução e liquidação de sociedade | 4 | | | | | | | 1 | 5 |
| Divórcio consensual | 5 | | | | | | | | 5 |
| Embargos do acusado | 5 | | | | | | | | 5 |
| Execução de certidão de crédito judicial | | | 5 | | | | | | 5 |
| Recurso administrativo | 3 | 1 | 1 | | | | | | 5 |
| Restituição de coisas apreendidas | 5 | | | | | | | | 5 |
| Separação litigiosa | 5 | | | | | | | | 5 |
| Ação de cumprimento | 1 | | 2 | | 1 | | | | 4 |
| Apuração de irregularidades em entidades de atendimento | 4 | | | | | | | | 4 |
| Falência de empresários, sociedades empresariais, microempresas e empresas de pequeno porte | 4 | | | | | | | | 4 |
| Monitória | 3 | 1 | | | | | | | 4 |
| Regulamentação de visitas | 4 | | | | | | | | 4 |
| Ação penal - procedimento sumaríssimo | 2 | 1 | | | | | | | 3 |
| Agravo de execução penal | 3 | | | | | | | | 3 |
| Agravo de instrumento em agravo de petição | | 2 | | | | | | 1 | 3 |
| Autorização judicial | 3 | | | | | | | | 3 |
| Cautelar fiscal | 3 | | | | | | | | 3 |
| Divórcio litigioso | 3 | | | | | | | | 3 |
| Embargos à arrematação | 1 | 1 | 1 | | | | | | 3 |
| Habilitação | 2 | 1 | | | | | | | 3 |
| Habilitação de crédito | 3 | | | | | | | | 3 |
| Impugnação ao cumprimento de sentença | 3 | | | | | | | | 3 |
| Liquidação por arbitramento | 2 | | | | | | | 1 | 3 |
| Procedimento especial da lei antitóxicos | 3 | | | | | | | | 3 |
| Processo eleitoral | | | | | | 2 | | 1 | 3 |
| Recurso em habeas corpus | | | | 3 | | | | | 3 |



| CLASSE | JUST. ESTADUAL | JUST. FEDERAL | JUSTIÇA TRABALHISTA | STJ | TST | JUSTIÇA ELEITORAL | TSE | NI | TOTAIS |
|--|----------------|---------------|---------------------|-----|-----|-------------------|-----|----|--------|
| Recurso em mandado de segurança | | | | 3 | | | | | 3 |
| Renovatória de locação | 3 | | | | | | | | 3 |
| Ação penal | | | | 2 | | | | | 2 |
| Adoção | 2 | | | | | | | | 2 |
| Adoção c/c destituição do poder familiar | 2 | | | | | | | | 2 |
| Agravo de instrumento em recurso ordinário | | | | 1 | 1 | | | | 2 |
| Alienação judicial de bens | 2 | | | | | | | | 2 |
| Anulação e substituição de títulos ao portador | 2 | | | | | | | | 2 |
| Apelação | | 1 | | 1 | | | | | 2 |
| Avaria a cargo do segurador | 2 | | | | | | | | 2 |
| Correição ordinária | 1 | 1 | | | | | | | 2 |
| Crimes de calúnia, injúria e difamação de competência do juiz singular | 2 | | | | | | | | 2 |
| Cumprimento provisório de sentença | 2 | | | | | | | | 2 |
| Depósito | 2 | | | | | | | | 2 |
| Despejo por falta de pagamento | 2 | | | | | | | | 2 |
| Dissídio coletivo | | | | 2 | | | | | 2 |
| Embargos à adjudicação | 2 | | | | | | | | 2 |
| Embargos de divergência em recurso especial | | | | | 2 | | | | 2 |
| Embargos infringentes e de nulidade | 1 | 1 | | | | | | | 2 |
| Impugnação ao valor da causa | 2 | | | | | | | | 2 |
| Inquérito para apuração de falta grave | | | | 2 | | | | | 2 |
| Instrução de rescisória | 2 | | | | | | | | 2 |
| Interdição | 1 | | | | | | | 1 | 2 |
| Pedido de providências | 1 | | | 1 | | | | | 2 |
| Pedido de uniformização de interpretação de lei federal | | 2 | | | | | | | 2 |
| Protesto | 1 | 1 | | | | | | | 2 |
| Reexame necessário / recurso ordinário | | | | 1 | 1 | | | | 2 |
| Regularização de registro civil | 2 | | | | | | | | 2 |
| Retificação ou suprimento ou restauração de registro civil | 2 | | | | | | | | 2 |
| Separação consensual | 2 | | | | | | | | 2 |
| Suspensão de liminar ou antecipação de tutela | 2 | | | | | | | | 2 |
| Abertura, registro e cumprimento de testamento | 1 | | | | | | | | 1 |
| Ação de impugnação de mandato eletivo | | | | | | 1 | | | 1 |
| Ação penal eleitoral | | | | | | 1 | | | 1 |
| Agravo de instrumento em recurso de habeas corpus | | | | 1 | | | | | 1 |



| CLASSE | JUST. ESTADUAL | JUST. FEDERAL | JUSTIÇA TRABALHISTA | STJ | TST | JUSTIÇA ELEITORAL | TSE | NI | TOTAIS |
|--|----------------|---------------|---------------------|-----|-----|-------------------|-----|----|--------|
| Agravo de instrumento em recurso de mandado de segurança | | | | 1 | | | | | 1 |
| Agravo de petição | | | | | 1 | | | | 1 |
| Alienação de bens do acusado | 1 | | | | | | | | 1 |
| Alvará judicial - Lei 6858/80 | 1 | | | | | | | | 1 |
| Anistia | | 1 | | | | | | | 1 |
| Apreensão de embarcações | 1 | | | | | | | | 1 |
| Apreensão e depósito de coisa vendida com reserva de domínio | 1 | | | | | | | | 1 |
| Arrolamento sumário | 1 | | | | | | | | 1 |
| Auto de prisão em flagrante | 1 | | | | | | | | 1 |
| Avocatória | 1 | | | | | | | | 1 |
| Busca e apreensão em alienação fiduciária | 1 | | | | | | | | 1 |
| Cautelar inominada | | | | 1 | | | | | 1 |
| Cobrança de cédula de crédito industrial | 1 | | | | | | | | 1 |
| Conflito de jurisdição | | | | 1 | | | | | 1 |
| Consignatória de Aluguéis | 1 | | | | | | | | 1 |
| Crimes de responsabilidade dos funcionários públicos | 1 | | | | | | | | 1 |
| Cumprimento provisório de decisão | | 1 | | | | | | | 1 |
| Declaratória de constitucionalidade | 1 | | | | | | | | 1 |
| Demarcação / divisão | 1 | | | | | | | | 1 |
| Desapropriação imóvel rural por interesse social | | 1 | | | | | | | 1 |
| Embargos de retenção por benfeitorias | 1 | | | | | | | | 1 |
| Embargos infringentes na execução fiscal | | 1 | | | | | | | 1 |
| Exceção de incompetência de juízo | 1 | | | | | | | | 1 |
| Execução de medida de segurança | 1 | | | | | | | | 1 |
| Exibição | 1 | | | | | | | | 1 |
| Homologação de transação extrajudicial | 1 | | | | | | | | 1 |
| Impugnação ao cumprimento de decisão | 1 | | | | | | | | 1 |
| Impugnação de crédito | 1 | | | | | | | | 1 |
| Incidente de uniformização de jurisprudência | | | | 1 | | | | | 1 |
| Inquérito extrajudicial | 1 | | | | | | | | 1 |
| Inspeção | | 1 | | | | | | | 1 |
| Intervenção em município | 1 | | | | | | | | 1 |
| Liquidação por artigos | 1 | | | | | | | | 1 |
| Medidas de proteção a criança e adolescente | 1 | | | | | | | | 1 |
| Medidas protetivas - Estatuto do Idoso | 1 | | | | | | | | 1 |



| CLASSE | JUST. ESTADUAL | JUST. FEDERAL | JUSTIÇA TRABALHISTA | STJ | TST | JUSTIÇA ELEITORAL | TSE | NI | TOTAIS |
|--|----------------|---------------|---------------------|-----------|-----------|-------------------|----------|------------|--------------|
| Medidas protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) | 1 | | | | | | | | 1 |
| Nomeação de advogado | 1 | | | | | | | | 1 |
| Pedido de prisão preventiva | 1 | | | | | | | | 1 |
| Pedido de revisão do valor da causa | | | 1 | | | | | | 1 |
| Processo administrativo disciplinar em face de magistrado | 1 | | | | | | | | 1 |
| Processo administrativo disciplinar em face de servidor | 1 | | | | | | | | 1 |
| Recuperação extrajudicial | 1 | | | | | | | | 1 |
| Recuperação judicial | 1 | | | | | | | | 1 |
| Recurso de revista | | | | | 1 | | | | 1 |
| Recurso eleitoral | | | | | | | | 1 | 1 |
| Recurso em habeas data | | | | 1 | | | | | 1 |
| Recurso em processo administrativo disciplinar em face de servidor | 1 | | | | | | | | 1 |
| Relatório de investigações | 1 | | | | | | | | 1 |
| Relaxamento de prisão | | | | 1 | | | | | 1 |
| Representação criminal | | | | 1 | | | | | 1 |
| Restituição de coisa ou dinheiro na falência do devedor empresário | 1 | | | | | | | | 1 |
| Revisional de aluguel | 1 | | | | | | | | 1 |
| Sobrepartilha | 1 | | | | | | | | 1 |
| Superveniência de doença mental | | 1 | | | | | | | 1 |
| Suspensão de execução de sentença | | 1 | | | | | | | 1 |
| Tutela c/c destituição do poder familiar | 1 | | | | | | | | 1 |
| Tutela e curatela - nomeação | 1 | | | | | | | | 1 |
| Não informado | 91 | 44 | 5 | 5 | 1 | | | 73 | 219 |
| Total geral | 941 | 281 | 134 | 47 | 18 | 4 | 1 | 122 | 1.548 |

As reclamações concernentes a processos não julgados representam 55,56% dos registros, e 39,08% referem-se a processos já julgados. Os em fase de execução representam 28,62%, e os processos que não atingiram essa fase, 66,02%:

| LOCALIZAÇÃO | JULGADO | | | EM EXECUÇÃO | | | TOTAIS |
|-------------------------------|------------|------------|-----------|-------------|--------------|-----------|--------------|
| | SIM | NÃO | NI | SIM | NÃO | NI | |
| Justiça estadual | 348 | 571 | 22 | 268 | 651 | 22 | 941 |
| Justiça federal | 104 | 173 | 4 | 63 | 214 | 4 | 281 |
| Justiça do trabalho | 102 | 30 | 2 | 79 | 53 | 2 | 134 |
| Superior Tribunal de Justiça | 10 | 34 | 3 | 6 | 38 | 3 | 47 |
| Tribunal Superior do Trabalho | 9 | 9 | | 3 | 15 | | 18 |
| Justiça eleitoral | | 4 | | | 4 | | 4 |
| Tribunal Superior Eleitoral | | 1 | | | 1 | | 1 |
| Não informado | 32 | 38 | 52 | 24 | 46 | 52 | 122 |
| Total geral | 605 | 860 | 83 | 443 | 1.022 | 83 | 1.548 |



| LOCALIZAÇÃO | JULGADO | | | EM EXECUÇÃO | | | TOTALS |
|-------------|---------|--------|-------|-------------|--------|-------|--------|
| | SIM | NÃO | NI | SIM | NÃO | NI | |
| | 39,08% | 55,56% | 5,36% | 28,62% | 66,02% | 5,36% | |

Não contabilizados os processos em tramitação no STF.

2.3. Utilização Indevida do Nome do CNJ

A Ouvidoria continua recebendo notícias de tentativas de estelionato contra pessoas que são parte em processos judiciais. Os golpistas usam de forma indevida o nome do CNJ e solicitam vantagens às pretensas vítimas mediante promessa de intermediação para recebimento de valores pendentes de pagamento em causas em tramitação no Poder Judiciário.

Os registros recebidos têm sido encaminhados à Corregedoria Nacional de Justiça e juntados ao processo nº 0000283-67.2011.2.00.0000, ali em curso. Com base nessas manifestações, foi instaurado inquérito policial, no Departamento de Polícia Federal, sob o nº 1.838/2010-4-SR/DPF/DF. Neste trimestre foram recebidas 24 manifestações por meio do formulário eletrônico e por meio telefônico, acerca de tentativas de estelionato nos moldes acima.

A Ouvidoria tem orientado os cidadãos acerca da atuação do CNJ, informando-os de que as decisões do Conselho são de natureza administrativa e que não faz contatos telefônicos para cobrar valores sobre ações em curso no Poder Judiciário.

3. A PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES DO CNJ

A tabela abaixo discrimina a participação das unidades do CNJ que auxiliaram no atendimento das demandas relacionadas às respectivas áreas de atuação:

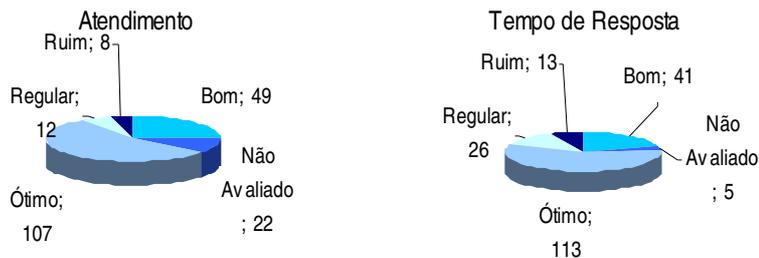
| SETOR | TOTALS |
|--|--------|
| Corregedoria Nacional de Justiça | 193 |
| Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas | 106 |
| Assessoria de Comunicação Social | 17 |
| Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário | 16 |
| Seção de Seleção e Aperfeiçoamento | 16 |
| Departamento de Pesquisas Judiciárias | 5 |
| Seção de Atendimento ao Usuário | 5 |
| Seção de Protocolo e Digitalização | 5 |
| Gabinete do Conselheiro Ney José de Freitas | 4 |
| Seção de Acompanhamento do Cumprimento das Deliberações do CNJ | 4 |
| Serviço de Atendimento ao Usuário | 4 |
| Secretaria de Comunicação Social | 3 |
| Secretaria Processual | 3 |
| Departamento de Acompanhamento Orçamentário | 2 |
| Gabinete Conselheiro José Roberto Neves Amorim | 2 |



| SETOR | TOTAIS |
|---|------------|
| Seção de Gestão de Contratos | 2 |
| Seção de Seleção e Gestão de Desempenho | 2 |
| Assessoria Jurídica | 1 |
| Departamento de Gestão Estratégica | 1 |
| Secretaria de Controle Interno | 1 |
| Setor de Apoio às Comissões e Projetos | 1 |
| Total geral | 393 |

4. AVALIAÇÃO DA RESPOSTA

Com o objetivo de aferir o grau de qualidade do serviço prestado pela Ouvidoria, ofereceu-se aos cidadãos a opção não obrigatória de avaliar a resposta e a atuação da Ouvidoria, no que refere aos fatores atendimento, tempo para a resposta, desfecho e clareza da resposta. Os resultados obtidos estão detalhados nos gráficos e tabela a seguir.



| | SATISFAÇÃO | % | CLAREZA | % |
|--------------------|------------|----------------|------------|----------------|
| Não | 79 | 39,90% | 43 | 21,72% |
| Sim | 119 | 60,10% | 155 | 78,28% |
| Total geral | 198 | 100,00% | 198 | 100,00% |

Os dados demonstram, por parte dos demandantes, considerável satisfação em relação aos serviços prestados pela Ouvidoria. Percebe-se, não obstante, certo grau de insatisfação, a indicar que a Ouvidoria precisa continuar a buscar o aprimoramento de seu trabalho.

5. ENCAMINHAMENTO DE DEMANDAS A OUTROS ÓRGÃOS

Conforme dispõem os arts. 2º e 4º, III, da Resolução nº 103/2010, do CNJ, houve, no período, 1.240 encaminhamentos às ouvidorias e corregedorias dos tribunais e outros órgãos judiciais. Essas demandas tratavam de atraso na movimentação processual e de questões específicas dos órgãos jurisdicionais. Quando necessário, considerando a hipótese do art. 7º, I, da resolução, houve orientação aos demandantes para direcionar seu questionamento ao CNJ. O quadro a seguir detalha os encaminhamentos:



| ÓRGÃO DE DESTINO | ENVIADOS | EM ABERTO |
|---|----------|-----------|
| Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro | 186 | 0 |
| Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo | 156 | 1 |
| Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia | 125 | 25 |
| Ouvidoria Judiciária do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região | 60 | 1 |
| Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região | 50 | 32 |
| Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco | 47 | 11 |
| Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará | 47 | 3 |
| Gerência de Registro e Suporte à Ação Correccional do Tribunal de Justiça de Minas Gerais | 38 | 2 |
| Ouvidoria do Superior Tribunal de Justiça | 38 | 34 |
| Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul | 37 | 7 |
| Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região | 37 | 0 |
| Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte | 34 | 6 |
| Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso | 33 | 6 |
| Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná | 27 | 19 |
| Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo | 24 | 1 |
| Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás | 22 | 1 |
| Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios | 20 | 0 |
| Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina | 20 | 0 |
| Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão | 20 | 8 |
| Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região | 20 | 0 |
| Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região | 18 | 1 |
| Ouvidoria do Tribunal Superior do Trabalho | 15 | 3 |
| Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba | 14 | 1 |
| Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas | 14 | 1 |
| Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas | 13 | 11 |
| Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí | 13 | 2 |
| Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 5.ª Região | 13 | 5 |
| Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará | 9 | 1 |
| Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região | 8 | 1 |
| Corregedoria do Tribunal Regional Federal da 5.ª Região | 8 | 0 |
| Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul | 7 | 0 |
| Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª Região | 7 | 4 |
| Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 15.ª Região | 6 | 3 |
| Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins | 5 | 0 |
| Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe | 4 | 1 |
| Ouvidoria Administrativa do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região | 3 | 0 |
| Ouvidoria do Fórum Clóvis Beviláqua/Tribunal de Justiça do Estado do Ceará | 3 | 3 |
| Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 16.ª Região | 3 | 0 |
| Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 19.ª Região | 3 | 1 |
| Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 3.ª Região | 3 | 2 |
| Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região | 3 | 1 |
| Central do Cidadão e Atendimento - Supremo Tribunal Federal | 2 | 0 |
| Central do Eleitor - Tribunal Superior Eleitoral | 2 | 2 |
| Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia | 2 | 0 |
| Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 17.ª Região | 2 | 0 |
| Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 6.ª Região | 2 | 0 |
| Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 8.ª Região | 2 | 2 |
| Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo | 1 | 0 |
| Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá | 1 | 0 |
| Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Região Metropolitana | 1 | 0 |
| Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná | 1 | 0 |



| ÓRGÃO DE DESTINO | ENVIADOS | EM ABERTO |
|--|--------------|------------|
| Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro | 1 | 0 |
| Diretoria de Execução de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo | 1 | 0 |
| Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Acre | 1 | 0 |
| Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 12.ª Região | 1 | 0 |
| Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 20.ª Região | 1 | 0 |
| Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 21.ª Região | 1 | 0 |
| Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 22.ª Região | 1 | 1 |
| Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal | 1 | 0 |
| Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro | 1 | 0 |
| Presidência do Tribunal Regional Federal da 5.ª Região | 1 | 0 |
| Secretaria Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí | 1 | 0 |
| Total geral | 1.240 | 203 |

Na maior parte dos encaminhamentos aos órgãos do Judiciário, solicita-se que a providência adotada seja informada à Ouvidoria do CNJ, para registro ou adoção de medidas. Das 1.240 manifestações encaminhadas no primeiro trimestre, 203 permaneciam sem resposta final por parte do órgão contatado, o que representa 16,37%.

As reclamações, sugestões e críticas que não se referiam a providências a cargo do Conselho Nacional de Justiça foram encaminhadas aos órgãos responsáveis, e comunicou-se a providência ao interessado. Foram encaminhadas nesse período quatro demandas a órgãos do Ministério Público Estadual – de Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Bahia e Paraná –, cinco às defensorias públicas estaduais e quatro a órgãos do Poder Executivo, a saber, o Ministério da Justiça, a Presidência da República e a Ouvidoria de uma prefeitura no Espírito Santo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema morosidade processual no Poder Judiciário permanece com elevada incidência. Para maior detalhamento das características desse tipo de demanda, têm-se solicitado dos interessados informações como ocupação, Estado de origem, órgãos e instância em que tramitam os processos etc.

Destaca-se a visibilidade que o Projeto Pai Presente, instituído pela Corregedoria Nacional de Justiça, recebeu na sociedade, evidente na quantidade de demandas recebidas na Ouvidoria. O projeto atende à necessidade de grande parte da população e serve de ferramenta para o exercício da cidadania.

Faz-se especial menção à pesquisa de satisfação dos demandantes, que responderam de forma opcional, demonstraram satisfação considerável com os serviços prestados pela Ouvidoria e forneceram subsídios para melhoria dos trabalhos.

A Ouvidoria, antecipando-se ao cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), tem envidado esforços no sentido de adequar-se, aumentando o número de seus servidores e criando estratégias e procedimentos em consonância com a legislação.



Para o cumprimento do art. 4º, III, da Resolução nº 103/2010, a Ouvidoria tem promovido constante processo de integração com as demais ouvidorias judiciais e corregedorias dos tribunais, para maior efetividade na resolução das demandas dos cidadãos; também os orienta para que as procurem e, no caso de omissão ou inação desses órgãos, promovam reclamação perante o CNJ.

Com o objetivo de garantir resposta efetiva ao cidadão, a Ouvidoria, a partir do final de 2011, passou a acompanhar as demandas encaminhadas aos órgãos do Poder Judiciário e a solicitar informações àqueles que não tenham encaminhado resposta ao cidadão.

Em decorrência de sua atuação, a Ouvidoria tem ampliado sua visibilidade perante a sociedade, atingindo não apenas os cidadãos, mas também outros órgãos, a exemplo do Ministério Público e das Defensorias Públicas, e buscado o eficaz atendimento das manifestações que recebe, o que se reflete no próprio aumento da demanda.

Brasília, 19 de junho de 2012.

**Assinado com certificado digital emitido para
WELLINGTON CABRAL SARAIVA (1427).
Emitido por AC Certisign-Jus G2.
Válido de 4/9/2011 até 3/9/2014.**

WELLINGTON CABRAL SARAIVA
Conselheiro Ouvidor

Cristiana Gontijo Bastos
Chefe de Gabinete

Técnicos:

Alexandre Padula Jannuzzi
Anderson Moreira da Silva
Hubner Alessandro Rocha
Inaldo do Nascimento
Mariana Feltrini Turibio

Apoio:

Eunice de Costa Oliveira
Mayana Camilla Oliveira Carvalho
Rebeca Pereira de Oliveira